

Bolsa sobe e interrompe sequência recorde de quedas

A Bolsa brasileira subiu 0,37% na sexta-feira (18), interrompendo a sequência recorde de 13 quedas registradas nos últimos pregões apoiada pela Petrobras e por empresas do setor de varejo. Com isso, o Ibovespa encerrou o dia aos 115.408 pontos, mas ainda acumula baixa de 2,2% na semana.

Já o dólar caiu 0,28% e fechou cotado a R\$ 4,967, após fortes altas em meio a um ambiente de aversão ao risco global, que impulsionou a moeda americana nas últimas semanas. O pessimismo no exterior continua, especialmente após o agravamento da crise imobiliária na China, mas a divisa passou por correção nesta sexta. No acumulado da semana, o dólar ainda

registra valorização de 1,2%.

De acordo com a equipe de economia do Bradesco, a aversão ao risco predomina nos mercados globais, em meio ao acúmulo de incertezas com o crescimento global dos próximos trimestres, em especial do ano que vem.

Os analistas destacaram que um dos principais temas no foco dos mercados foi a crise de liquidez no setor imobiliário chinês, consequência do pedido de recuperação judicial nos EUA da segunda maior construtora da China.

“Em paralelo, a percepção é que os estímulos monetários recentemente anunciados pelo BC chinês não serão suficientes para reaquecer a economia doméstica”, acrescentaram. Os analistas também apontaram que não há

sinais relevantes de reversão da alta de juros no Ocidente, com o Federal Reserve deixando aberta a possibilidade de nova alta de juros, enquanto dados na zona do euro também desafiam o Banco Central Europeu.

Mesmo com o ambiente de aversão ao risco no exterior, o Ibovespa registrou alta impulsionado principalmente pelas ações da Petrobras, que ficaram entre as mais negociadas da sessão e subiram 0,25%. O setor de varejo também foi um dos destaques positivos do dia. A maior alta da sessão foi da Magazine Luiza, com ganhos de 6,38%. Carrefour e Assaí também figuraram entre os melhores desempenhos do pregão, avançando 5,23% e 3,22%, respectivamente.

Folhapress



Economia



Reforma Tributária reduz pela metade carga dos mais pobres e aumenta para 20% mais ricos

Página - 03

Japão retira embargo à importação de carne de frango de Santa Catarina

Página - 03



Mapa realiza reunião técnica para debater agregação de valor em cadeias agropecuárias

Página - 05

Por que o governo quer comprar leite em pó do produtor rural?

Página - 05



Política

Tebet diz que cerco se fechou contra Bolsonaro e defende apreensão de passaporte

Página - 04

Lula já revogou 97 normas do governo Bolsonaro

Página - 04

No Mundo

Biden recebe líderes de Japão e Coreia do Sul em articulação contra a China



Washington; Joe Biden não escolheu à toa o lugar onde vai receber o presidente sul-coreano, Yoon Suk-yeol, e o primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, na sexta (18).

Oficialmente, Camp David é o retiro de campo dos presidentes americanos, a cerca de 110 km da Casa Branca. Historicamente, é palco dos principais encontros diplomáticos do país foi ali que Egito e Israel selaram um acordo de paz em 1978 sob a mediação de Jimmy Carter.

Desde 2015, porém, o local não recebia nenhuma liderança estrangeira. O encontro é o primeiro na história somente entre os três paí-

ses, fora de um evento maior como o G20 e a Assembleia-Geral da ONU.

A expectativa é que seja anunciada nesta sexta uma cooperação militar e econômica muito mais forte entre Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão. O objetivo é promover uma coordenação estratégica entre os países para fazer frente à Coreia do Norte e à China que já está chamando a iniciativa de “mini-Otan”, em referência à aliança militar ocidental, e de um passo dos EUA em direção a uma nova Guerra Fria.

Concretamente, são esperadas medidas como a criação de uma linha direta entre os três países para ser acionada em momentos de crise, exer-

cícios militares conjuntos, fortalecimento das cadeias de produção especialmente de semicondutores e baterias para carros elétricos e o compromisso de repetir a reunião anualmente.

“O fortalecimento do nosso engajamento faz parte dos nossos esforços mais abrangentes para revitalizar, fortalecer e unir as nossas alianças e parcerias e, neste caso, para ajudar a concretizar uma visão compartilhada de um Indo-Pacífico que seja livre e aberto, próspero, seguro, resiliente e conectado”, afirmou o secretário de Estado americano, Antony Blinken, durante conversa com jornalistas na terça (15). Fernanda Perrin/Folhapress

Mais de 230 incêndios florestais atingem noroeste do Canadá e fazem 20 mil pessoas deixarem suas casas

Milhares de moradores estão correndo para deixar a cidade de Yellowknife, capital dos Territórios do Noroeste do Canadá, enquanto mais de 230 incêndios queimam em toda a região.

Por conta do fogo, na hora de sair da capital, muitas pessoas enfrentam condições perigosas nas estradas ou ficam por horas esperando voos de emergência.

Yellowknife — lar de cerca de 20.000 habitantes — e várias outras comunidades dos Territórios do Noroeste receberam ordens de evacuação enquanto as equipes combatem 236 incêndios florestais ativos na região. Os residentes devem deixar a cidade até o meio-dia da sexta-feira (18), quando um grande incêndio se aproxima da cidade e de uma grande rodovia.

As chamas nos Territórios do Noroeste estão entre os mais de 1.000 incêndios que queimam em todo o Canadá. O país enfrenta sua

pior temporada de incêndios florestais já registrada.

A fumaça chegou aos Estados Unidos, levando poluição e piorando a qualidade do ar no país vizinho.

O primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, se reuniu com um grupo de altos funcionários do governo e ministros na quinta-feira (17) para discutir os incêndios e seu potencial impacto na infraestrutura, incluindo estradas e telecomunicações.

As Forças Armadas do Canadá estão auxiliando nos esforços de combate ao fogo e no transporte aéreo nos Territórios do Noroeste. A Força Aérea Real do Canadá disponibilizou vários aviões e helicópteros para apoiar as equipes de emergência locais.

“Estamos todos cansados da palavra sem precedentes, mas não há outra maneira de descrever esta situação nos Territórios do Noroeste”, disse a premiê Caroline Cochrane em um comunicado emitido na noite de quarta (16). CNN

Novo ataque com drone contra Moscou danifica prédio próximo ao Kremlin



Moscou voltou a ser alvo de um ataque com drone na noite da quinta-feira (17). Autoridades locais admitem que um dos equipamentos conseguiu invadir o espaço aéreo da capital antes de ser destruído. Segundo o Kremlin, ninguém ficou ferido, mas a queda de destroços danificou um prédio na região central.

Ainda que a ofensiva não tenha provocado danos graves, a presença de drones na capital russa causa desconforto ao governo de Vladimir Putin. O episódio é o mais recente de uma série de ata-

ques utilizando esse tipo de artefato, incluindo contra o Kremlin e cidades perto da fronteira ucraniana.

Uma testemunha disse que estava na área e ouviu um barulho “muito forte”. Imagens divulgadas nas redes sociais que não puderam ser verificadas de forma independente mostram o que seria o momento do ataque, com uma explosão próxima a prédios com vidros espelhados.

O prefeito de Moscou, Serguei Sobianin, disse que os destroços atingiram uma instalação do complexo Expo Center. O local, a menos de cinco quilômetros do

Kremlin, reúne salões multifuncionais e espaços para exposições. Segundo a agência Tass, uma das paredes de um pavilhão desabou parcialmente. O ataque aconteceu por volta das 4h desta sexta-feira no horário local (22h de quinta em Brasília).

“O regime de Kiev lançou outro ataque terrorista usando um veículo aéreo não tripulado contra alvos em Moscou”, disse o Ministério da Defesa russo. Por precaução, as autoridades suspenderam o tráfego aéreo na capital, que já foi restabelecido. Sete voos foram redirecionados para aeroportos alternativos. Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Reforma Tributária reduz pela metade carga dos mais pobres e aumenta para 20% mais ricos



A Reforma Tributária pode reduzir pela metade o pagamento de impostos pelos 10% mais pobres, segundo atualização de um estudo do Banco Mundial divulgado pela primeira vez em 2021. Haverá aumento da carga apenas para os 20% mais ricos.

O dado é uma comparação entre o sistema tributário atual e uma reforma que tenha alíquotas reduzidas apenas para saúde, educação e parte da cesta básica. Também considera que alguns produtos da cesta terão isenção e prevê a devolução de tributos para os mais pobres, o chamado cashback.

O modelo está próximo do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, que

está em discussão no Senado.

O trabalho divide os brasileiros em dez faixas de renda de acordo com os dados do IBGE. Atualmente, os 10% mais pobres têm uma carga equivalente a 2,4% da arrecadação dos tributos sobre consumo alvo da reforma. O percentual cairia para 1,2%. Para os 10% mais ricos, a participação na arrecadação passaria de 33% para 39,2%.

“A gente consegue um sistema mais justo do ponto de vista distributivo, mas também no sentido de retornar dinheiro para as classes mais baixas. Você diminui o efeito da pobreza e faz uma distribuição de renda maior”, afirma o consultor do Banco Mundial Eduardo Fleury, que apresentou os dados durante even-

to organizado pelo Insuper.

O estudo também contou com a participação dos pesquisadores Gabriel Ibarra, Rafael Rubião e Ricardo Campante.

Segundo os cálculos, uma reforma que desse isenção para todos os itens da cesta básica federal atual, sem cashback, deixaria a carga dos mais pobres em 1,9% da arrecadação e a dos mais ricos em 38,5%. Ou seja, o efeito distributivo seria menor.

“Toda vez que começa a dar isenções muito grandes, isso beneficia as classes mais altas”, afirma Fleury.

A definição de quais produtos da cesta terão alíquota reduzida em 60% e quais serão isentos será feita por meio de lei a ser aprovada após a promulgação da reforma.

Eduardo Cucolo/Folhapress

Digitalização de pagamentos, e não moeda comum, é caminho para facilitar comércio, avalia Campos Neto

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, questionou na sexta-feira (18) argumento de que a adoção de moedas comuns seja uma boa alternativa para facilitar o comércio entre países, defendendo que a digitalização cumpre melhor esse papel.

“Se você tiver um sistema digital de pagamentos onde você consiga digitalizar o pagamento de ponta a ponta e for eficiente, você vai ter isso sem abrir mão da sua política monetária, sem abrir mão das questões soberanas”, disse Campos Neto, ao destacar, em seminário em São Paulo, que o BC quer ligar o pix a outras plataformas mundiais.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já defendeu a criação de uma moeda única na América do Sul e também entre os países do Brics para trocas comerciais, como pas-

so para reduzir a dependência do dólar. Ao falar sobre o pix no Fórum Brasileiro de Inteligência Artificial, promovido pela Fundação Milton Campos, o presidente do BC também destacou que o governo tem economizado “bilhões” em remuneração a bancos ao adotar o sistema de pagamento instantâneo no recolhimento de tributos.

Ele previu que, em breve, ao agregar outros componentes digitais à sua operação, a Receita Federal vai poder não apenas arrecadar barato, mas interpretar os dados de forma mais eficiente.

Para Campos Neto, com a evolução do open banking, em até dois anos os brasileiros talvez possam ter reunidos em um único aplicativo de celular todas as suas contas bancárias e serviços financeiros.

“Os bancos vão competir entre si em tempo real pelas operações”, disse.

CNN



Japão retira embargo à importação de carne de frango de Santa Catarina



O governo do Japão retirou a suspensão sobre a importação de carne de frango de Santa Catarina, que estava em vigor desde o dia 17 de julho, após a detecção de casos de influenza aviária em aves domésticas de subsistência em uma propriedade no município de Maracajá (SC). A informação foi confirmada pelo governo estadual na sexta-feira (18).

O Japão é o maior importador de carne de frango de Santa Catarina. O protocolo japonês prevê um prazo de 28 dias após o embargo para análise da autoridade sanitária japonesa. A retomada das vendas não é automática e ainda depende do aval do Japão.

Até o momento, o estado de Santa Catarina registrou

dez focos de influenza aviária, sendo nove em aves silvestres e um em aves de subsistência.

A ocorrência de infecção pelo vírus da influenza aviária em aves silvestres e domésticas de subsistência não compromete a condição do Brasil como país livre da doença, de acordo com os protocolos da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA). Mesmo assim, o Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca do Japão decidiu suspender em julho a importação de aves vivas e carne de aves de Santa Catarina até que fossem encaminhadas informações detalhadas sobre o caso.

Ainda em julho, o embaixador do Japão no Brasil, Teiji Hayashi, esteve em Santa Catarina a convite da Secretaria de Articulação In-

ternacional do estado para participar de reuniões e atividades de aproximação. O tema também foi tratado em visita do ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, ao país asiático.

Um novo acordo entre os governos do Brasil e do Japão definiu que as restrições de exportação dos produtos cárneos de frango e ovos devem ficar limitadas apenas aos municípios onde houver detecção de focos da gripe aviária e não mais para o estado todo.

No ano passado, as exportações de frango, ovos e seus subprodutos para o país asiático renderam ao estado catarinense cerca de US\$ 310,8 milhões, o equivalente a 14,75% da receita total das exportações desses produtos.

Sabrina Craide/ABR

Política

Lula já revogou 97 normas do governo Bolsonaro



Nos primeiros 200 dias de governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva revogou 97 dos 210 decretos, portarias, instruções normativas e resoluções do governo anterior, considerados prioritários para a garantia dos direitos da população. O apontamento é de um estudo realizado pela Fundação Lauro Campos e Marielle Franco e pelo escritório regional no Brasil da fundação alemã Rosa Luxemburgo. O levantamento Revogação e a Reconstrução da Democracia Brasileira mostra, por exemplo, a revogação dos estudos para a privatização de estatais e a retirada de empresas do programa de privatização, como os Correios, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a

Dataprev, o Serpro e a Conab.

A retomada das políticas de transparência de dados e informações como a quebra do sigilo de 100 anos decretado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, a retomada das políticas de fiscalização ambiental e do trabalho análogo à escravidão com multas e punições aos infratores também são apontados como resultados diretos dos atos revogados pelo presidente Lula.

Outro apontamento do estudo é a reconstrução da área de políticas de gênero do Sistema Único de Saúde (SUS), a atenção à população LGBTQIAPN+, povos indígenas e quilombolas. Um exemplo é a anulação da Instrução Normativa n. 128, de 30 de agosto de 2022, LINK 1 que impedia a titulação de

terras quilombolas. O governo Lula também recriou o extinto Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras, revogando o Decreto 9.883/2019, LINK 2 que criava o Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

Ainda em 2022, pesquisadores das duas instituições haviam feito uma análise de cerca de 20 mil normas infralegais, desde decretos, portarias, instruções normativas e resoluções do ex-presidente Jair Bolsonaro, além de centenas de medidas provisórias, projetos de lei e emendas constitucionais. O trabalho foi apresentado ao governo de transição do governo Lula.

Sabrina Craide/ABR

Tebet diz que cerco se fechou contra Bolsonaro e defende apreensão de passaporte



A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse na sexta-feira (18) que o cerco está se fechando contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e defendeu a apreensão de seu passaporte.

Para ela, que disputou a eleição presidencial e apoiou o presidente Lula no segundo turno, o avanço das investigações da Polícia Federal e da CPI no Senado mostram que ele era o mandante de tentativas de fraudar as urnas.

A declaração, ou desabafo, como ela chamou, ocorreu no início de seu discurso na cerimônia de posse do economista Márcio Pochmann na presidência do IBGE.

STF forma maioria para tornar Carla Zambelli ré por porte ilegal de arma de fogo

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria na sexta-feira (18) para tornar ré a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento com uso de arma.

Na véspera do segundo turno das eleições de 2022, Zambelli correu atrás de um homem negro com a arma em punho na região dos Jardins, na capital paulista.

Votaram para receber a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a congressista o relator, Gilmar Mendes, e os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Cristiano Zanin, Edson Fachin e Roberto Barroso.

O ministro André Mendonça divergiu. O ministro defendeu em seu voto que o caso não é de competência do STF e que deveria ser analisada pela primeira instância da Justiça. Conforme o magistrado, a denúncia não tem relação com “o exercício das funções” de Zambelli en-

quanto deputada.

A Corte analisa o caso em sessão do plenário virtual que começou na sexta-feira (11) e vai até 21. No formato não há discussão, apenas apresentação de votos no sistema eletrônico da Corte. Até o final da sessão, os ministros podem pedir vista (mais tempo para análise) ou destaque (o que envia o julgamento para o plenário físico da Corte).

Em seu voto, Gilmar Mendes afirma que, mesmo com o porte de arma, “o uso fora dos limites da defesa pessoal, em contexto público e ostensivo, ainda mais às vésperas das eleições, em tese, pode significar responsabilidade penal”.

Para o magistrado, as evidências apresentadas já são suficientes para seguir com a ação no STF. Se a Corte aceitar a denúncia, Zambelli se tornará ré em uma ação penal.

Além da condenação, a PGR pede que a deputada seja obrigada a pagar uma indenização de R\$ 100 mil por danos morais coletivos e que tenha o porte de arma de fogo cancelado em definitivo. CNN



“O cerco se fechou contra o ex-presidente da República. Ali está claro, está apontado como autor, como mandante da tentativa de fraude às urnas eletrônicas, como tentativa de fraude à decisão sempre legítima do povo brasileiro escolher seu sucessor de violar atentar com democracia brasileira”, disse.

“Se me permitir esse desabafo, faço citando Ulysses Guimarães: ‘Traidor da Constituição é traidor da pátria. Temos ódio e nojo à ditadura’. Digo eu que, a eles, o rigor da lei.”

“Não se enganem, que busquem o mais rápido o possível apreender o passaporte, porque quem fugiu

para não passar a faixa para um presidente legitimamente eleito pelo povo, com certeza vai querer abandonar o Brasil para poder salvar a própria pele”, completou.

A fala da ministra foi aplaudida pela plateia e pelos que estavam na mesa, o presidente Lula (PT) e o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB). Como mostrou a Folha de S.Paulo no final de semana, parlamentares do PT pediram ao STF e à PF a apreensão de passaporte do ex-mandatário e de sua esposa, Michelle Bolsonaro, após operação que mirou seu ex-ajudante de ordens e tenente-coronel, Mauro Cid, no caso das joias. Marianna Holanda/Folhapress



Mapa realiza reunião técnica para debater agregação de valor em cadeias agropecuárias



O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), por meio da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo (SDI) realizou, na terça-feira (15), em Brasília (DF), a Reunião Técnica sobre Agregação de Valor em Cadeias Agropecuárias. O evento teve como objetivos apresentar as iniciativas de agregação de valor existentes, promover o fortalecimento destas políticas e coletar subsídios que promovam o desenvolvimento sustentável do setor. Promovida em parceria com a agência de cooperação alemã GIZ e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) a reunião contou com a participação da secre-

tária da SDI, Renata Miranda; do representante do IICA no Brasil, Gabriel Delgado; da diretora de projeto da GIZ, María Olatz Cases, e da diretora do Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtiva e Indicações Geográficas, Fabiana Villa Alves.

Para Renata Miranda a reunião técnica é uma oportunidade de promover o encontro de várias mentes para unir experiências, em diferentes linhas de atuação, e fazer chegar até a ponta as transformações necessárias para a valorização produtiva.

“Precisamos pensar em como fazer que as ideias se materializem nas mãos do produtor, como transformar os ativos que temos em resultados reais de emprego e renda. Para isso, é importante

comunicarmos corretamente a imagem e o valor da agropecuária brasileira”, avaliou.

Pablo Regalado, chefe de divisão de indicações geográficas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), acredita que é importante que os diferentes atores conversem, uma vez que já existem ações que caminham para um mesmo sentido e ainda não possuem debate prévio.

“Estamos pensando, a médio e longo prazos, no benefício das cadeias produtivas, dos produtores rurais e consequentemente, dos consumidores também. Acredito que as instituições devem trabalhar nesse sentido para unificar os discursos e as ações e, desse modo, chegarem a um modelo ganha-ganha”, explicou.

Notícias Agrícolas

Valor Bruto da Produção Agropecuária de 2023 é atualizado em R\$ 1,135 trilhão

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) deste ano, com base nas informações de julho, é de R\$ 1,135 trilhão, alta de 1,9% em relação ao ano de 2022. As lavouras cresceram 4% e a pecuária reduziu seu crescimento em 2,9%. O faturamento das lavouras é de R\$ 801,9 bilhões e o da pecuária foi de R\$ 333,6 bilhões.

Os produtos que apresentam melhor desempenho neste ano são mandioca (42,9%), laranja (27,2%), banana (16,8%), tomate (15,9%), cacau (13,8%), cana-de-açúcar (11,6%), amendoim (10,6%), feijão (10,4%), arroz (9,3%), uva (7,5%), soja (2,5%) e milho (1,4%).

Esse grupo de produtos beneficia-se de preços favoráveis e, em vários casos, quantidades produzidas mais elevadas.

No levantamento da Conab, a projeção é de safra recorde de 320 milhões de toneladas previstas para a temporada 2022/2023 que

sustenta essa posição. O resultado se deve ao aumento da produtividade de 11,8% e à expansão de área da ordem de 5% em relação ao ano passado. Esse crescimento de área de grãos passou de 74,6 milhões de hectares de área plantada, em 2022, para 78,2 milhões de hectares, em 2023.

Na pecuária, os aumentos do VBP ocorrem na carne suína, leite e ovos.

O efeito de preços mais baixos tem repercutido no decréscimo do VBP de alguns produtos, como algodão, café, mamona e trigo.

Os cinco produtos classificados com o maior VBP são soja, milho, cana-de-açúcar, café e algodão, que respondem por 81,6% do VBP das lavouras.

Ao longo destes últimos 18 meses, observou-se que o VBP tem crescido a taxas relativamente menores. Pode-se atribuir esse decréscimo do crescimento real do VBP aos preços de milho e soja que têm apresentado tendência de redução.

Biznews



Por que o governo quer comprar leite em pó do produtor rural?



Desde a implementação da redução das tarifas de importação de leite e outros produtos lácteos durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, as importações do produto aumentaram, levando à desvalorização da indústria leiteira nacional. Isso ocorreu em dois momentos: em 2019, quando as taxas para produtos da União Europeia e Nova Zelândia foram eliminadas, e no ano passado, quando as tarifas para produtos lácteos do Mercosul foram reduzidas, especialmente para o leite em pó.

Paralelamente, no Brasil, apesar da redução das cotas de grãos como o milho utilizado na alimentação animal, os custos e insumos

mantêm-se historicamente altos, colocando pressão nas margens de lucro da pecuária leiteira.

Diante desse cenário, produtores e a indústria se uniram para solicitar apoio do governo federal, o que começou a dar resultados. Recentemente, o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, anunciou que o governo irá adquirir leite em pó a preços de varejo como medida de emergência para auxiliar os produtores brasileiros que enfrentam concorrência dos países do Mercosul.

Em cooperação com o Ministério de Desenvolvimento Agrário e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Ministério da Agricultura e Pecuária

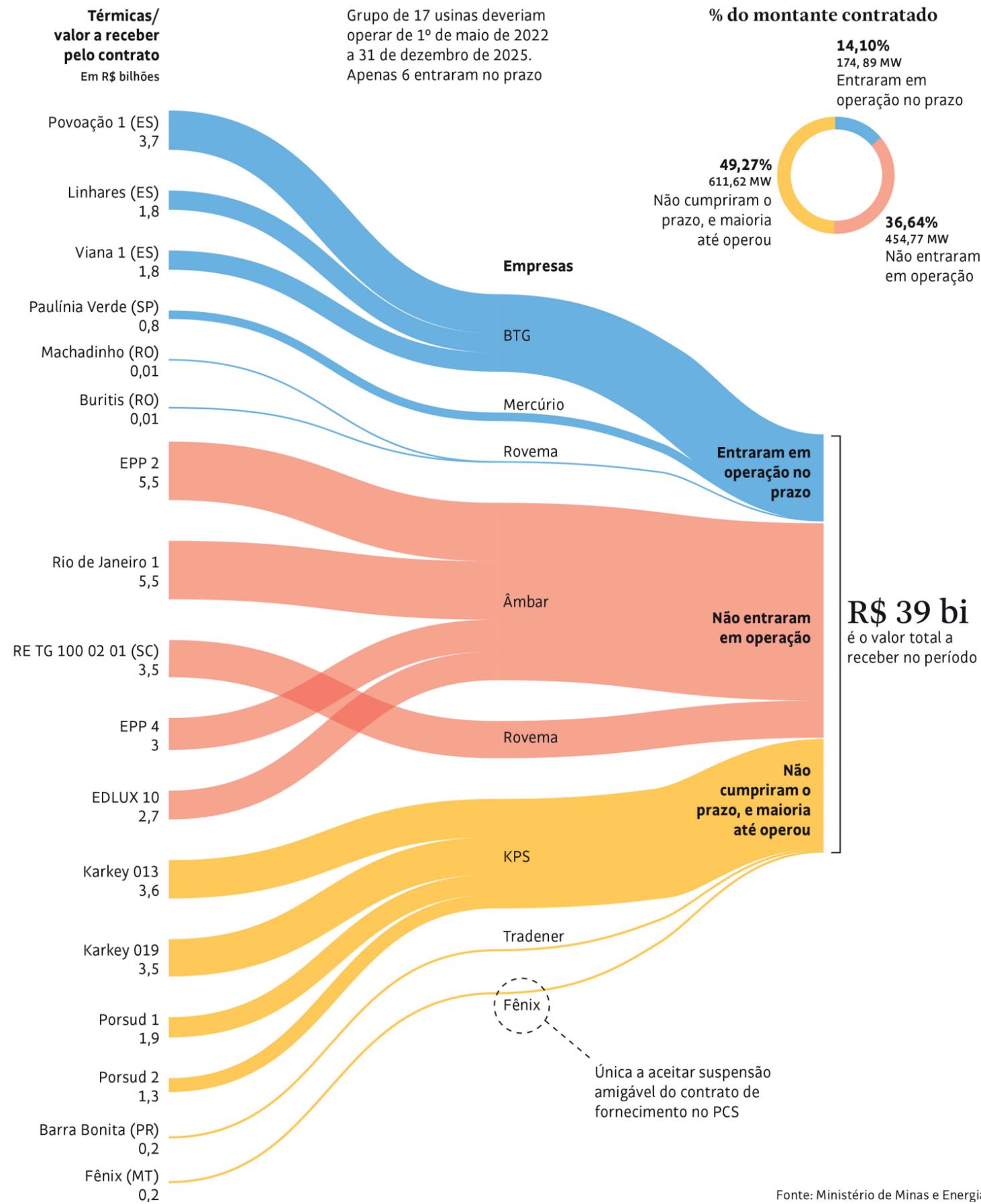
destinou 200 milhões de reais para apoiar a comercialização de leite em pó. Essa medida visa sustentar os preços do leite para garantir a rentabilidade das cooperativas e produtores, além de distribuir o produto em programas sociais e merendas escolares.

Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a quantidade total de leite que deixou de ser produzida internamente equivale a 1,2 bilhão de litros, um aumento de 268% em relação a 2022, representando o maior volume histórico para esse período. Isso se traduz em cerca de 443 milhões de dólares em importações, contribuindo para a queda dos preços no mercado.

Exame

Finanças

Quem é quem no Procedimento Competitivo Simplificado (PCS)



Cartão de crédito: para onde vai o rotativo?



Se depender da vontade do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, dentro dos próximos três meses será extinta a mais cara modalidade de financiamento do País, o chamado crédito rotativo do cartão de crédito. Ambos concordam que as taxas praticadas pelos bancos soam como extorsão.

No ano passado, os juros do rotativo ultrapassaram a marca dos 409% ao ano, a maior da série histórica do BC, iniciada em 2012.

Neste ano, os juros praticados já equivalem a 454% ao ano. Isso tem reflexo direto na inadimplência, que chega a 52%. “Se nada for feito, pode afetar a existência do produto [parcelamento no cartão de crédito]. Não fazer nada pode ser muito ruim”, afirmou Campos Neto, em audiência no Senado na quinta-feira (10). Ele defendeu a medida como forma de reduzir a inadimplência no País, que atinge 71,9 milhões de pessoas.

O problema é que a dose do remédio contra os juros do rotativo não pode ser alta demais a ponto de matar a mais brasileira da forma de compra: o parcelamento sem juros no cartão.

Por isso, um plano para regulamentar o rotativo está sendo desenhado pelo BC em sintonia com a equipe econômica do governo Lula.

Uma das ideias apresentadas pelo ministro Haddad é a criação de uma espécie de regra de transição para os cidadãos que já estão enrolados com dívidas no cartão de crédito. Com isso, evitaria com que esses consumidores ficassem com o nome sujo e deixassem de comprar. “É preciso garantir algum tipo de proteção às pessoas que estão com dívidas nessa modalidade, mas sem perder de vista o varejo”, afirmou Haddad, em entrevista ao jornalista Reinaldo Azevedo.

“É preciso garantir algum tipo de proteção às pessoas que estão com dívidas nessa modalidade, mas sem perder de vista o varejo”, afirmou Haddad, em entrevista ao jornalista Reinaldo Azevedo.

Dólar recua 0,27% com exterior e fecha dia a R\$ 4,9680, mas sobe 1,30% na semana

Após abrir a sexta-feira, 18, em alta e registrar máxima a R\$ 5,0020 o dólar perdeu força ainda no fim da manhã e operou em terreno negativo ao longo da tarde. Com mínima a R\$ 4,9580, fechou cotado a R\$ 4,9680, em baixa moderada, de 0,27%.

Operadores relataram entrada de fluxo comercial quando o dólar tocou R\$ 5,00 e desmonte parcial de posições cambiais defensi-

vas, além de realização de lucros no segmento futuro.

Apesar de ter recuado nesta sexta e respeitado a linha dos R\$ 5,00 no fechamento nos últimos dias, a moeda encerra a semana com ganhos de 1,30% – o que leva a valorização acumulada em agosto para 5,04%. No ano, a divisa ainda acumula queda de 5,91%.

O comportamento do real esteve mais uma vez ligado à dinâmica global do mercado de moedas, marcado na

segunda etapa de negócios por enfraquecimento do dólar na comparação com a maioria das divisas emergentes e de exportadores de commodities, embora dois pares do real – peso colombiano e chileno – tenham se depreciado. As taxas dos Treasuries longos, que avançaram com força nos últimos dias, também experimentaram leve recuo, abrindo espaço para uma recomposição parcial dos ativos de risco.

IstoéDinheiro

IstoéDinheiro



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As integridades dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Andolini Empreendimentos e Participações S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Data/hora/local: 11/04/2022, 16hs, SP/SP. **Presença:** A totalidade dos subscritores do capital social inicial. **Mesa:** Presidente: Edson Vicente da Silva Filho; Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. **Convocação:** Dispensada. **Deliberações aprovadas:** 5.1 A constituição da **Andolini Empreendimentos e Participações S.A.** com Sede e Foro em SP/SP. 5.2 O capital social inicial de R\$ 150,00, representado por 150 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está totalmente integralizado, tendo sido constatada a realização em dinheiro, de R\$ 150,00 depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S.A. 5.3 O projeto de Estatuto Social. 5.4 Eleger o Sr. **Edson Vicente da Silva Filho**, brasileiro, casado, sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, para Diretor Presidente, e Sra. **Gabriela Albuquerque Pace**, brasileira, casada, sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, para Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 anos, os quais declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. 5.5 Autorizar a lavratura da ata na forma sumária. Nada mais. SP, 11/04/2022. Visto do Advogado: Vera Lucia Lopes Freitas OAB/SP 113.498. JUCESP/NIRE nº 3530061041-5 em 01/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo - I Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto. Art. 1º - A Andolini Empreendimentos e Participações S.A.** é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. **Art. 2º -** A sociedade terá por objeto

a) Administração de imóveis próprios, e b) Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). **Art. 3º -** A Companhia tem sede e foro na Cidade do SP, Estado do SP, Rua Padre Luciano, 97 - Jardim França - CEP 02337-080, SP, Estado de SP, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Art. 4º -** Os jornais que a empresa utiliza para publicação de seus atos e documentos é o Diário Oficial do Estado e o jornal Data Mercantil. **Art. 5º -** A Companhia iniciará suas atividades em 11/04/2021, e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo - II. Do Capital Social e Ações. Art. 6º -** O Capital Social da Companhia é de R\$ 150,00, dividido em 150 ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. §1º - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do Art. 35 da Lei 6.404/76. §2º - A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. §3º - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. §4º - Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no Art. 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. §5º - A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. §6º - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. **Art. 7º -** Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelares. Parágrafo Único - Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. **Art. 8º -** O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações devedidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o Art. 45 da Lei nº 6.404/76. **Art. 9º -** A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo - III. Da Administração. Art. 10º -** A companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 Diretores, sendo um Diretor - Presidente e um Diretor sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. §1º - O mandato da Diretoria será de 02 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. §2º - A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. §3º - Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no §2º do Art. 5º deste Estatuto. §4º - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. §5º - Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 dias, quando remunerada. §6º - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Art. 11º -** A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. §1º - Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinarem, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. §2º - A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor-Presidente, com antecedência mínima de 3 dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. §3º - A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. §4º - As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. §5º - As reuniões da Diretoria serão objeto de atos circunstanciados, lavradas em livro próprio. **Art. 12º -** Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. **Art. 13º -** A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor-Presidente, isoladamente, por 2 Diretores, em conjunto, por 1 Diretor e 1 mandatário ou, ainda, por 2 mandatários, constituídos especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste Art. §1º - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor-Presidente, isoladamente, ou por 2 Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. §2º - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o *Caput* deste Art. mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo - IV. Assembleia Geral. Art. 14º -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. §1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. §2º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. §3º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do §1º do Art. 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo - V. Conselho Fiscal. Art. 15º -** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. §1º - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. §2º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo - VI Exercício Social e Lucros. Art. 16º -** O exercício social terminará no dia 02 de março de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. **Art. 17º -** Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% do capital social. Do saldo, ajustado na forma do Art. 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. §1º - Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. §2º - O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. **Art. 18º -** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Art. 19º -** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendo à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. §1º - Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o §1º do Art. 16. §2º - Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. §3º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo - VII. Liquidação. Art. 20º -** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. §1º - À Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. §2º - À Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Acionistas: Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. SP, 11/04/2022. **Edson Vicente da Silva Filho**, Presidente; **Gabriela Albuquerque Pace**, Secretária.

HP4 Administradora de Bens Ltda.

CNPJ/ME nº 26.480.766/0001-04 - NIRE 35.230.247.325

Ata de Reunião de Sócios realizada em 04 de agosto de 2023

Data, Hora e Local: 04/08/2023, às 10 horas, na sede da Sociedade. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença de representantes da totalidade do capital social, considerado excessivo em relação ao objeto da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, II do Código Civil Brasileiro, passando o capital de R\$ 260.120,00 para R\$ 10.120,00, canceladas 250.000 quotas. Conforme artigo 1.084 do Código Civil, a redução será realizada restituindo-se de forma proporcional o valor das quotas aos sócios; e (ii) em virtude da redução, os sócios aprovam a nova redação da Cláusula 5ª do Contrato Social, a saber: "O capital social é de R\$ 10.120,00, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 10.120 quotas iguais, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: Helg Pecorari Bianchi - 3.373 quotas no valor total de R\$ 3.373,00, Herica Pecorari Cavalcanti de Albuquerque - 3.373 quotas no valor total de R\$ 3.373,00, Rodrigo Lobo Vianna Pecorari - 1.266 quotas no valor total de R\$ 1.266,00, Bruna Lobo Vianna Pecorari - 1.265 quotas no valor total de R\$ 1.265,00, Fernanda Franco Lobo Vianna Pecorari - 843 quotas no valor total de R\$ 843,00". **Encerramento:** Finda a reunião, lavrou-se esta ata. São Paulo, 04/08/2023. **Helg Pecorari Bianchi** - Presidente da Mesa; **Herica Pecorari Cavalcanti de Albuquerque** - Secretária da Mesa.

Cafeira Bertin Ltda.

CNPJ/MF nº 44.534.048/0001-55 - NIRE 35.200.942.947

Edital de Convocação para Assembleia Geral de Sócios

Convocamos os sócios para Assembleia na Estrada Lins/Sabino, Fazenda Santa Adélia, s/nº, Esgotão, Sabino-SP, e pelo link <https://us02web.zoom.us/j/87188836335>, em 31/08/2023, às 10h15 em 1ª convocação, com 3/4 do capital, e às 10h30 em 2ª convocação, com qualquer número, para deliberar sobre: **a)** Votar as demonstrações financeiras do exercício de 2022; **b)** Destinação do resultado; **c)** Transferência das quotas de Antonia Aparecida Bertin para seus filhos, com reserva de usufruto. Os sócios poderão ser representados por procuração. A documentação referente às deliberações foi disponibilizada no prazo legal. Sabino, 17/08/2023. José Augusto de Azevedo e Andre Faccioli Domingues. (21, 22 e 23/08/2023)

Fortec S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/ME nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Srs. acionistas da Fortec S/A Participações e Empreendimentos ("Companhia") convocados a se reunirem em 22 de setembro de 2023, às 14:00 hrs, na Rua Cel. José Rufino Freire, nº 453, São Paulo/SP (sede social), para a realização da Assembleia Geral Ordinária, com a finalidade de (i) examinar, discutir e deliberar sobre as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) deliberar sobre o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) fixar a remuneração anual global da diretoria. As demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram publicadas nos dias 05, 06 e 07 de agosto, na forma da lei, e estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia. **Thales Lobo Pecanha** - Diretor Presidente. (19, 22 e 23/08/2023)

Limoges Incorporadora Ltda.

CNPJ/MF nº 08.204.931/0001-13 - NIRE 35.220.718.058

Ata da Reunião de Sócios

Em 10/08/2023, às 10h00, na sede da sociedade. **Presença:** totalidade dos sócios. **Mesa:** Presidente, Marcelo Ernesto Zarzur; Secretário - Roberto Mounir Maalouli. **Deliberações:** (i) reduzir o capital social, de R\$ 7.561.711,00, para R\$ 5.260.000,00, sendo as quotas ora canceladas de titularidade da sócia **EZTEC**, renunciando a sócia **Valentina**, ao seu direito de cancelamento de quotas; (ii) autorizar a alteração do contrato social. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado, foi a presente ata lavrada.

Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.

CNPJ/MF nº 32.062.580/0001-38 - NIRE 35.300.525.841

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023

Hora e Local: 12:00 horas, na sede social da Companhia. **Quorum:** Representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Secretário: Marcelo Augusto Ramos. **Deliberações:** (a) aprovada a lavratura desta ata na forma sumária; (b) dispensada a convocação pela imprensa; (c) foram aprovadas as contas da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; (d) foi aprovada a destinação de montante equivalente a R\$ 708.161,43 à conta Reserva Legal; (e) foi aprovada a destinação de montante equivalente a R\$ 10.091.300,35 à conta Reserva de Lucros - Estatutária da Companhia, após a constituição de Reserva Legal; (f) foi aprovada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 3.363.766,78, relativa aos lucros auferidos pela Companhia no exercício encerrado em 31/12/2022, após a constituição de Reserva Legal; (g) foi aprovada a verba global e anual dos administradores, que será até R\$ 4.000.000,00, a ser distribuída entre os Diretores; (h) foram reeleitos para compor a Diretoria, com mandato até a AGO de 2025: (i) a Sra. **Gabriela Rodrigues**, RG nº 43.722.032-1 SSP/SP e CPF nº 228.013.818-29, como Diretora sem designação específica; (ii) o Sr. **Marcelo Augusto Ramos**, RG nº 14.091.912 SSP/SP e CPF nº 075.571.258-78, como Diretor sem designação específica; (iii) o Sr. **Leonardo Raibin**, RG nº 27.331.485-3 SSP/SP e CPF nº 262.058.568-67, como Diretor sem designação específica; (iv) o Sr. **Marcelo Antônio Chilver Luzetti**, RG nº 23.069.138-9 SSP/SP e CPF nº 255.435.748-00, como Diretor sem designação específica; (v) a Sra. **Milena Weiss Aloisi**, RG nº 30.915.134-X SSP/SP e CPF nº 283.013.918-63, como Diretora sem designação específica; (vi) o Sr. **Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça**, RG nº 1.972.638 SSP/GO e CPF nº 533.134.611-15, como Diretor sem designação específica; e (vii) o Sr. **Guilherme Ferrante Poças**, RG nº 28.993.052-2 SSP/SP e CPF nº 284.846.138-10, como Diretor sem designação específica; e (viii) a Sra. **Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez**, RNE nº V635549-0/DPF, e CPF nº 233.827.708-22, como Diretora sem designação específica; (i) os Diretores ora reeleitos declaram não estarem incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer a atividade mercantil; (j) os Diretores ora reeleitos preenchem todas as condições necessárias para o exercício dos cargos para os quais foram reeleitos; e (k) nada mais havendo a ser tratado. Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça - Presidente; Marcelo Augusto Ramos - Secretário. JUCESP - Registrado sob o nº 324.461/23-9 em 09/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Credit Suisse Hedging-Griffo

Corretora de Valores S.A.

CNPJ/MF nº 61.809.182/0001-30 - NIRE 35.300.013.409

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023

Às 11:00 horas, na sede social da Companhia, com a Acionista representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Secretário: Teodoro Zemella Bruno de Lima. **Deliberações:** (a) aprovada a lavratura da presente ata na forma sumária; (b) dispensada a convocação; (c) aprovadas as contas da administração e as demonstrações financeiras do exercício findo em 2022; (d) aprovada a destinação de montante equivalente a R\$ 2.939.972,73 à conta Reserva Legal; (e) aprovada a destinação de montante equivalente a R\$ 41.894.611,38 à conta Reserva de Lucros; (f) aprovada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 13.964.870,46; (g) aprovada a absorção de prejuízos acumulados no valor de R\$ 30.939.139,56; (h) aprovada a verba global e anual dos administradores no valor de até R\$ 14.000.000,00; (i) foi eleito: o Sr. **Edson Kojo**, RG nº 22.740.028-8 SSP/SP e CPF nº 151.745.538-32, como Diretor sem designação específica; (j) o Diretor eleito declara não estar incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei; (k) o Diretor preenche todas as condições estabelecidas; e (l) Nada mais. Presidente: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Secretário: Teodoro Zemella Bruno de Lima. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 324.537/23-2 em 09/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Agropecuária Nova Europa S.A.

CNPJ/MF nº 55.925.275/0001-28 - NIRE 35.300.194.110

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de junho de 2023

Data, Horário e Local: 30/06/2023, às 10h00, na sede social, de forma presencial ou por videoconferência através de aplicativo disponibilizado pela Cia.. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. Roberto Malzoni Filho. Secretária: Sra. Maria Malzoni Romanach. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** Examinadas as matérias constantes da ordem do dia os Acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas ou restrições: **1.** Aprovam as contas dos administradores, o relatório da administração, as demonstrações financeiras e relatório do auditor independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/03/2023; **2.** Aprovam a proposta de destinação do lucro líquido do exercício apresentada pela administração, considerando o lucro líquido do exercício no valor de R\$ 9.738.882,95, com a seguinte destinação: **2.1.** Aprovam o provisionamento do dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 2.434.720,74. Os acionistas se comprometem a não exigir, por qualquer via, o pagamento de dividendos até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício a partir em 31/03/2024; **2.2.** Aprovam a retenção dos lucros no valor de R\$ 7.304.162,21, de acordo com a proposta e motivos fundamentados pela diretoria; **3.** Aprovam a reeleição dos membros da Diretoria, para um novo mandato de 03 anos, que se estenderá até a data da AGO que deliberar sobre as contas da Administração, balanço e as demonstrações financeiras do exercício social de 31/03/2026, os seguintes Diretores, sem designação específica: Sr. **Roberto Malzoni Filho**; Sra. **Maria Malzoni Romanach**; Sr. **Fernando Luiz de Mattos Oliveira**; Sr. **Eduardo Ferraz Malzoni**; e a Sra. **Anita Ferraz Malzoni**. Os diretores, ora reeleitos, tomam posse neste ato, mediante assinatura do Termo de Posse, arquivado na sede da Cia.. Os Diretores ora reeleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **4.** Aprovada a remuneração global devida aos Administradores até o montante anual de R\$ 2.400.000,00. **Encerramento:** Nada mais. Nova Europa, 30/06/2023. Ass.: **Mesa:** Roberto Malzoni Filho - Presidente; Maria Malzoni Romanach - Secretária. JUCESP nº 275.711/23-7 em 12/07/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 4,9718 / R\$ 4,9724**
Câmbio livre mercado -
R\$ 4,9671 / R\$ 4,9673*
Turismo - R\$ 5,060 /
R\$ 5,165

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,28%

OURO BM&F
R\$ 299,50

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 0,37%

Pontos: 115.409

Volume financeiro:
R\$ 39,160 bilhõesMajores altas: Magazine
Luiza ON (6,38%),
Carrefour ON (5,24%),
Petz ON (3,91%)Majores baixas: Rede Dor
ON (-1,85%), WEG ON
(-1,76%), Arezzo ON
(-1,45%)S&P 500 (Nova York):
-0,01%Dow Jones (Nova York):
0,07%Nasdaq (Nova York):
-0,2%

CAC 40 (Paris): -0,38%

Dax 30 (Frankfurt):
-0,65%Financial 100 (Londres):
-0,65%Nikkei 225 (Tóquio):
-0,55%Hang Seng (Hong Kong):
-2,05%Shanghai Composite
(Xangai): -1,0%CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): -1,23%Merval (Buenos Aires):
0,34%

IPC (México): -0,01%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE
Março 2023: 0,71%

Abril 2023: 0,61%

Maio 2023: 0,23%

Junho 2023: -0,08%

Julho 2023: 0,12%

Negócios

A empresa dele ficou 18 meses com 'receita zero'. Agora, vai movimentar R\$ 1 bilhão com ingressos



Poucos setores econômicos sofreram tanto com a pandemia quanto a indústria de eventos. Com shows e festas cancelados por quase dois anos consecutivos, a Associação Brasileira de Promotores de Eventos (Abrape) estima que as empresas desse ramo deixaram de faturar pelo menos R\$ 230 bilhões entre 2020 e 2021.

Um exemplo notável é a Bilheteria Digital, uma empresa que fornece tecnologia e uma plataforma de venda de ingressos. O CEO Guilherme Feldman descreveu um período de 18 meses sem receita, mas agora, pouco mais de um ano após a pandemia, a empresa está vivenciando um momento excepcional, com um volume de transações

próximo a R\$ 1 bilhão.

Feldman mencionou a atmosfera otimista do mercado: "Estamos em um momento muito positivo, com um mercado bastante aquecido." Se a previsão de alcançar a marca de R\$ 1 bilhão se confirmar, a Bilheteria Digital terá dobrado seu tamanho em relação a 2022, quando movimentou R\$ 500 milhões. Essa expansão se baseia em novos contratos e no crescimento geral do setor.

O executivo ressaltou como os clientes existentes estão impulsionando as vendas, além do esforço em trabalhar com produtores menores com potencial de crescimento. A estratégia que a Bilheteria Digital adotou para sobreviver à crise da pandemia envolveu manter a equipe, aproveitar

programas de apoio do governo, renegociar dívidas e receber aportes dos sócios.

Mantendo os empregos durante a pandemia, a empresa emergiu bem posicionada para atender à crescente demanda. Feldman destacou que eles dobraram de tamanho em 2022 em relação a 2019. A Bilheteria Digital é conhecida por auxiliar produtores de eventos na venda de ingressos, fornecendo tecnologia, infraestrutura e suporte técnico, além de equipamentos e softwares para o processamento das entradas.

A empresa opera em diversos tipos de eventos, como shows, palestras, jogos de futebol e workshops, com presença nacional e vários escritórios pelo país. Exame

Parceira da Shein no Brasil, Coteminas atrasa salários e demite em MG, segundo funcionários



Trabalhadores da Coteminas (Companhia de Tecidos Norte de Minas), em Montes Claros (MG), dizem que a empresa atrasa salários, não deposita o FGTS e há expectativa de demissão, segundo relatos de funcionários e de quem já trabalhou na fábrica, fundada em 1967.

A dispensa deve ser parcelada em dez vezes, com as férias e a multa do FGTS acertadas apenas no último pagamento, afirmam. As demissões já teriam começado segundo os funcionários, quase diariamente entre 40 e 50 seriam chamados a encerrar os contratos.

A empresa, comandada por Josué Gomes da Silva, presidente da Fiesp (Federa-

Cuidados pessoais: Soneda cresce com lições de regiões de menor poder aquisitivo

Na Avenida Paulista, a fachada preta próximo ao prédio da Fiesp chama atenção para a Soneda. A loja funciona como um shopping de produtos de beleza e por isso o tempo passa de forma diferente por lá. Perder uma tarde andando pelos corredores, experimentando produtos e conhecendo novas marcas não é difícil. São mais de 1 mil m² que incluem:

- * uma cafeteria,
- * uma loja da Daiso,
- * um salão de cabeleireiro,
- * uma seção reservada para produtos de beleza natural,
- * a loja central,
- * e um jardim para distrair.

A perfumaria levou a sério a ideia de loja conceito e colocou tudo que pretende em termos de experiência do cliente e direcionamento de negócio na unidade.

Atualmente a empresa possui mais de 40 lojas espalhadas por 15 municípios de São Paulo, além do e-commerce, e pretende expandir



para outras regiões nos próximos anos.

Segundo dados da Nielsen, no estado de São Paulo, a Soneda tem 30% de participação no mercado de perfumaria, equivalente a 11% de participação nacional.

A Soneda é uma empresa familiar, liderada por Minoru Kamachi. Foi construída a partir da união de perfumarias já existentes na família e da aquisição em 2018 de uma rede concorrente, a perfumaria 2000.

Durante a pandemia e entre lockdowns, o formato conhecido hoje foi estruturado e começou a ganhar as principais ruas de São Paulo. A ideia era simples, replicar o modelo de perfumarias tão comuns nas periferias para as regiões de maior poder aquisitivo, com grande variedade de produtos e marcas. "A gente percebe que existe uma carência grande desse tipo de loja", disse Kamachi. "Por isso resolvemos lançar o novo posicionamento estratégico e buscar mais as classes C+ e B, que estão comprando esses produtos em farmácia."

ção das Indústrias do Estado de São Paulo), é uma das contratadas pela gigante asiática Shein para nacionalizar a produção de varejo de moda.

A Coteminas não indicou contato para a assessoria de imprensa. A reportagem ligou para três números de telefone do escritório da companhia em São Paulo e enviou mensagens para endereços de emails informados por uma funcionária da central de atendimento, mas não obteve resposta.

As assessorias de imprensa da Fiesp, que é comandada por Josué, e do Ciesp, do qual ele é primeiro vice-presidente, disseram que não tratam de assuntos relacionados à Coteminas.

O Sindicato dos Tecelões de Montes Claros foi procurado por telefone e no WhatsApp, mas ninguém quis comentar.

O MPT (Ministério Público do Trabalho) em Minas Gerais disse que está acompanhando a situação na indústria e que abriu um procedimento, mas não poderia dar mais informações sobre o caso.

Antes de as demissões começarem, as unidades da companhia em Montes Claros somavam cerca de 3.000 empregados.

Os funcionários ouvidos pela reportagem afirmam que o FGTS deixou de ser depositado há 22 meses e que benefícios como vale-alimentação e vale-gás foram cortados.

Fernanda Brigatti/Folhapress